



Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante Plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), com assinatura do decreto que institui a Política e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Palácio Itamaraty, 25 de agosto de 2010

Ele estava com vergonha. Vê se ele assopra aí. Criança é que nem papagaio: na hora em que a gente quer que fale, não fala; na hora em que a gente quer que apite, não apita.

Bem, meus companheiros e companheiras,

Ministros aqui presentes. Eu não vou citar todos aqui porque ninguém é candidato, então não precisam ser citados. Quero... Se fossem candidatos não estariam aqui.

Quero cumprimentar o nosso companheiro Michel, secretário de Estado da Produção Animal no Haiti,

Quero cumprimentar os parlamentares,

Nosso querido companheiro Patriota, que está aqui representando o nosso embaixador Celso Amorim,

Cumprimentar o companheiro Graziano, que diz para mim que mora no Chile, mas não sai de Brasília.

Quero cumprimentar o companheiro Hélder dos Santos, representante da FAO no Brasil,

Quero cumprimentar o companheiro Renato Maluf, presidente do Consea, por meio de quem cumprimento todos os companheiros conselheiros e conselheiras do Consea,

Quero cumprimentar a nossa querida companheira Ana Maria de Castro, nossa querida, que está aqui representando o Josué de Castro, que não pode estar entre nós, mas está, de algum lugar, nos vendo e nos assistindo.



Quero cumprimentar os companheiros da imprensa.

Dizer para vocês que esta é a última vez que participo, na condição de presidente da República, de uma plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, uma instância – a não ser que vocês convoquem outra reunião até dia 31 de dezembro –, uma instância fundamental que nós recriamos em janeiro de 2003, depois de ter sido abandonada nos anos 90.

Este derradeiro encontro não é motivo de melancolia. Na verdade, ele reforça a sensação gratificante de que a palavra com que iniciei meu discurso de posse, em janeiro de 2003, não foi pronunciada em vão. Estou falando da palavra “mudança”.

Sempre tivemos a certeza de que a luta pelo desenvolvimento com justiça social tende a andar de mãos dadas com a efetiva democratização do Estado brasileiro, e sempre soubemos que apenas a convicção política seria capaz de formar essa aliança.

A verdade é que conseguimos criar uma nova forma de relação do Estado com a sociedade e, nesse sentido, a atuação do Consea, Maluf, foi exemplar. Graças à sua representatividade e à imensa dedicação de seus integrantes, dotados de grande capacidade técnica e visão política, o Consea foi fundamental para que a segurança alimentar se tornasse uma política do Estado brasileiro. O próprio decreto que assinamos hoje e que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional ilustra mais do que a minha fala.

A ideia de adicionar à legislação certos parâmetros que garantam a segurança e a soberania alimentar da população surgiu justamente na 2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar, realizada em março de 2004, na nossa inesquecível cidade de Olinda, no meu querido estado de Pernambuco. Dela participaram mais de 1.300 delegados e delegadas, representando as mais diferentes correntes e expressões da cidadania brasileira. E foram eles que decidiram que a segurança alimentar deveria ter



um respaldo legal, como já ocorre com a saúde, que possui um Sistema Único de Saúde – o nosso querido SUS – e uma lei orgânica.

Agora que já contamos com uma lei orgânica de segurança alimentar, que terá seus mecanismos operacionais detalhados neste decreto, posso dizer que estamos conseguindo atingir os justos anseios representados naquela conferência.

Quero, portanto, desde já, agradecer a todos os companheiros do Consea e aos milhares de militantes, gestores e cidadãos comuns, que tanto contribuíram para concretizar a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Seu empenho e sua dedicação são, certamente, componentes fundamentais das mudanças que estamos vivendo.

Queridas amigas e queridos amigos,

Conferências de políticas públicas, assim como aquela que ocorreu em Olinda, estão previstas neste país desde a década de 40. A diferença é que, a partir de 2003, a participação social deixou de ser um adereço da democracia para se tornar, de fato, um método de gestão do Estado brasileiro. Fizemos 73 conferências nacionais neste período sobre os temas mais variados: educação, meio ambiente, direitos humanos, segurança pública, ciência e tecnologia, igualdade racial, direito das mulheres, dos indígenas, das pessoas com deficiência, e tantas outras conferências nós fizemos aqui no nosso país.

Aproximadamente cinco milhões de brasileiros e brasileiras de todas as classes sociais, de todos os credos, das mais diferentes convicções políticas participaram desse esforço democrático, que envolveu todo o país durante suas etapas preparatórias e regionais. Esse inédito florescimento da cidadania gerou propostas e desdobramentos. Um exemplo é a Lei Orgânica de Segurança Alimentar; um outro, a política de valorização do salário mínimo, que hoje compra praticamente quase o dobro daquilo que comprava em 2003. A própria organização democrática, a própria organização da democracia brasileira modificou-se com a inclusão de 19 conselhos nacionais de políticas



públicas na estrutura do Estado e o fortalecimento de 15 outros já existentes.

Creio que com tudo isso nós semeamos e fortalecemos uma nova cultura democrática neste país. Aos poucos, ela emerge e se consolida e faz isso com uma força capaz de enfrentar e vencer todas as nossas vulnerabilidades. E o mais importante de tudo é que essa grande mobilização conta com consciência própria, capaz de decidir o seu destino, sem subordinação aos que sempre avocaram a si o monopólio da opinião pública nacional.

Amigas e amigos,

Os que ainda desconfiam da participação popular e os que ainda desdenham dessa dimensão do desenvolvimento são os mesmos que torceram o nariz quando batizamos o nosso primeiro programa social com uma palavra até então vetada no vocabulário de certas elites brasileiras: a palavra “fome”.

Digo isso porque ao lançarmos o Fome Zero, em janeiro de 2003, choveram críticas às políticas sociais voltadas para o combate à desnutrição e para o fortalecimento da agricultura familiar. Dizia-se, entre outras coisas, que a fome era uma questão menor na agenda nacional, que seria descabido transformá-la em política de Estado. Chegaram a fazer pesquisa de opinião pública dizendo... para mostrar que a maioria do povo não estava interessado em política de combate à fome e que no Brasil tinha pouca gente passando fome. “Bastava”, diziam, “deixar livre os mercados. As coisas se ajustariam automaticamente na vida do povo mais pobre desta nação.”

Não é assim, contudo, que entendemos um processo de desenvolvimento. Não se terceiriza, assim, o destino de um povo. No nosso entender, a injustiça socialmente produzida somente será superada pela vontade coletiva da nação. Somente assim o bem-estar de cada um encontrará sua contrapartida no bem-estar de todos. E foi esse entendimento que motivou também a criação do Bolsa Família, o braço mais longo da rede de proteção social formada pelo programa Fome Zero.



Os resultados atestam os acertos de nossas escolhas. Vivemos hoje num Brasil menos desigual dos últimos 25 anos. O Bolsa Família já é responsável por um terço da queda da desigualdade brasileira. A desnutrição infantil caiu 62% entre as crianças de seis a 11 meses, e o valor destinado à merenda escolar foi reajustado em 130% desde 2003, depois de ficar mais de dez anos inalterado. Na pré-escola, seu reajuste foi de 400%. Em 2010, teremos o maior orçamento social de toda a nossa história. São cerca, Paulo Bernardo, de R\$ 39 bilhões, praticamente quase 9% do PIB brasileiro.

A renda, nos últimos anos, cresceu em todos os segmentos da sociedade, mas cresceu em dobro entre as famílias mais pobres do país. Vocês já sabem que 24 milhões de brasileiros superaram a linha da pobreza, e outros 32 milhões ascenderam na escala social.

Foi preciso, porém, uma crise financeira igual ou pior do que a de 1929 para que se reconhecesse algo em que sempre acreditamos: que as políticas sociais são indissociáveis da retomada do desenvolvimento econômico de um país e, no caso, do desenvolvimento brasileiro. Uma retomada que é responsável pela criação de 14 milhões de empregos, até agora.

A verdade, companheiras e companheiros, vocês que nos acompanham há muito tempo, viram o que sofreu o companheiro Graziano quando nós lançamos o programa Fome Zero. Quantas teses foram escritas neste país, quantos artigos foram escritos contra o programa Fome Zero, quando diziam que nós deveríamos, em vez de estar pensando em programa Fome Zero, deveríamos estar investindo em infraestrutura, em estradas, em desenvolvimento, como se fosse antagônico a gente fazer investimento em infraestrutura e a gente garantir que a infraestrutura da energia do ser humano tinha que vir em primeiro lugar.

Eu acho, Márcia, que ainda temos problemas no Bolsa Família. Eu, muitas vezes, tanto na época do Graziano quanto na época do companheiro Patrus, eu, muitas vezes, viajando pelo Brasil, eu encontrava gente pobre que



não recebia Bolsa Família, muito pobre. Eu voltava e cobrava, tanto do Graziano, quanto do Patrus, eu dizia: meu Deus do céu, não é possível que a gente tenha na cidade, ainda, gente pobre que não recebe o Bolsa Família. E aí eu descobri que se nós não tivermos um método de fiscalização mais rígido, é muito mais fácil você cadastrar quem está perto de você do que você sair nos grotões dos municípios procurando as pessoas que estão afastadas de tudo, inclusive da cidade. E, certamente, se nós fizermos uma operação pente-fino tentando localizar, nos lugares mais pobres das regiões mais pobres, nós vamos perceber que tem gente que não precisa, recebendo, e tem gente que precisa que ainda não está recebendo.

É um eterno processo de fiscalização, é um eterno processo de aprimoramento para que a gente possa, se não conseguirmos atingir a perfeição, pelo menos chegar perto da perfeição e todos nós dormirmos com a consciência tranquila que nós estamos fazendo aquilo que está ao nosso alcance para acabar com a fome no Brasil e no mundo.

Eu acho que mais importante do que tudo isso, companheiros, é que se inventou uma tese aqui no Brasil que nós deveríamos, já no primeiro ano da criação do programa Fome Zero, encontrar uma porta de saída. Foi uma tese, se fez uma tese que incomodava uma parte da população: “Por que R\$ 12 bilhões destinados aos mais pobres? Nós temos que encontrar logo uma saída para eles, para eles pararem de receber esses R\$ 70, R\$ 80 ou R\$ 90”. E nós não estávamos apenas preocupados em encontrar uma porta de saída porque nós entendíamos que essa gente tinha demorado tanto para entrar, que era importante que ficasse um pouco e tomasse um café, e que não saísse rapidamente do Programa.

Nós, nós... com toda política que fizemos, com toda política que fizemos em todas as áreas, eu falo sem medo de errar: nunca antes na história deste país tivemos tantos pescadores cadastrados, legalizados, recebendo o auxílio-defeso. Nunca, neste país, a agricultura familiar foi tratada com a dignidade e



com o respeito com que está sendo tratada, e nós sabemos que ainda falta muito para fazer.

Poderia citar casos e mais casos de coisas que foram feitas. Nunca neste país, ou nunca antes na história, um presidente da República, que fica vendo todo dia a Europa e os Estados Unidos afundarem no desemprego, vai terminar o mandato criando 14,5 milhões de empregos com carteira profissional assinada.

Essa é a porta de saída, mas é a porta de saída quando a pessoa sai porque a economia está crescendo, porque tem algo melhor, não porque o governo está incomodado em prestar contas a setores elitistas, que ao longo dos anos pegaram praticamente grande parte do dinheiro público e nunca se incomodaram com a porta de chegada para pagar o que deviam.

Então, nós temos consciência, nós temos consciência de que se o Estado brasileiro não assumisse a responsabilidade de fazer com que o Estado chegasse até os mais pobres, não era nem o mercado e não era ninguém que ia fazer isso, porque as pessoas mais pobres que nós atendemos no Bolsa Família não estão organizadas em sindicato de classe, não participam de manifestação. Eu aprendi, depois de muito tempo, que a fome não levava nenhum ser humano à revolução. A fome levava a Humanidade à submissão, porque o ser humano com fome, ele não é cidadão. Ele é quase que um rebanho, porque é tangido para onde quer que ele seja tangido, e ele não tem praticamente... nem poder de ir à cidade para xingar um vereador ou para xingar o prefeito. Somos nós que temos que ir atrás deles e dizer para eles: o Estado brasileiro, a União, os estados, os municípios existem, estão aqui.

Eu acho que nós, inclusive, deveríamos mudar o dicionário brasileiro. O povo não deveria utilizar a palavra “governar”: “O Lula governa o país.” O Lula tem é que cuidar do país, cuidar do povo, porque é esse o papel que nós precisamos fazer: mais gente que cuide e menos gente que governe. Mais gente que cuide, que olhe os mais pobres, que olhe aqueles mais



necessitados, porque é disso que o Brasil precisa para dar um salto de qualidade e é isso que os programas sociais estão fazendo no Brasil.

Eu, Graziano, posso dizer para você, que começou a construir esse programa Fome Zero ainda no Instituto Cidadania, antes de a gente pensar em ser presidente. Bom, pensar, a gente pensava. Foi um pouco difícil, mas a gente já pensava. Demorou um pouco mais do que o previsto, mas eu nem me incomodo, porque eu acho que a demora foi um processo de pós-graduação que nós fizemos, mestrado em conhecer melhor o nosso país, o nosso povo. E você, Graziano, que começou tudo isso, sabe perfeitamente bem o quanto nós avançamos.

O Brasil hoje é motivo de orgulho para qualquer brasileiro, para qualquer brasileiro que cuide de política social. Já fizemos tudo? Não. Tem muita coisa, até porque a gente não consegue acabar com os desmandos de cinco séculos em oito anos. Mas o dado concreto é que nós demos um passo extraordinário.

Eu digo sempre que o maior legado que a gente vai deixar é essa nova relação que nós criamos com a sociedade, essa nova relação em que a gente tentou criar a consolidação das políticas sociais. Eu tinha vontade de mandar para o Congresso uma consolidação, mas não pude mandar, Nilcéa, para consolidar tudo o que as mulheres conquistaram porque nós estamos em um processo de entressafra eleitoral. Nós temos um Congresso que não sabe quem vai ser eleito, quem vai ser derrotado. A gente, depois, não quer mandar nada importante para ser votado. Vamos esperar os próximos deputados, os próximos senadores para a gente poder, quem sabe, fazer a nossa consolidação de políticas sociais e transformar essas pequenas conquistas que nós obtivemos em uma grande conquista da sociedade brasileira.

E só tem um jeito de a gente continuar conquistando. Eu estive na Presidência esse tempo todo, mas a minha função, na verdade, é ser um militante social deste país. Então, quando eu deixar a Presidência, o que é que eu sei fazer a não ser cobrar de quem está governando? O que é que eu sei



fazer a não ser cobrar? Ora, então, eu penso que o aprendizado que nós tivemos vai poder ajudar muita gente fora do Brasil. Eu tenho o sonho de trabalhar um pouco na África, tentar passar as experiências bem-sucedidas que nós tivemos, na África.

Eu acho que na América Latina nós temos um trabalho extraordinário para fazer, porque vocês sabem que na América Central, sobretudo, nós temos países em que a carga tributária é de 9%, a carga tributária é de 11%, a carga tributária é de 12%, a carga tributária é de 13%, e um Estado que tem uma carga tributária de 9%, a verdade é que não existe Estado, não existe Estado. Há uma contradição no mundo, Fernando Haddad – você que é economista –, há uma contradição: os países em que as pessoas vivem melhor são os países em que a carga tributária é mais alta; os países onde as pessoas são mais pobres são exatamente os países em que a carga tributária praticamente não existe, ou seja, as pessoas não pagam tributos. Se não paga tributo, o Estado não consegue fazer política social.

Eu acho que nós aprendemos e nós temos que transferir esse nosso aprendizado para outras pessoas. Muitas vezes não é só dinheiro, muitas vezes não é só dinheiro. O dinheiro, às vezes, é uma desculpa. Muitas vezes é falta de focar o que é principal, definir uma política; depois que garantir uma, definir a segunda política.

O que aconteceu aqui no Brasil é extraordinário, por conta disso. Era impensável fazer o programa Luz para Todos, com o sucesso que nós fizemos. Nós vamos terminar o mandato atingindo 93% de todas as pessoas que não tinham luz. Eram quase 15 milhões de pessoas que não tinham energia elétrica. Quem nasceu na cidade não sabe o que é um lugar sem luz. Quem nasceu na cidade não tem dimensão do que significa um cidadão viver à luz de candeeiro, não sabe. Esses dias eu vi um programa da Eletrobrás, em que ela vai à casa de um gaúcho antes de chegar o Luz para Todos. Aí vai à casa do gaúcho um tempo depois, já com o Luz [para Todos] na casa dele, e volta um



tempo depois. Ele já estava com televisão, geladeira, rádio de som, já estava ouvindo as músicas gaúchas que vocês tanto adoram, estava lá maravilhado.

Assim nós vamos concluir uma coisa que nós afirmamos no dia 1º de janeiro de 2003: a gente começa, primeiro, fazendo aquilo que é o mais necessário; depois a gente começa fazendo aquilo que é possível; e quando menos esperar, todos nós juntos estamos construindo quase o que é impossível.

E vamos ser francos, todos vocês que estiveram junto conosco nos bons e nos maus momentos, vamos ser francos: pouca gente de nós acreditava que nós fôssemos terminar o governo na situação em que nós estamos. Eu fico perguntando em que momento da história um governo termina o seu mandato, depois de oito anos, apenas com 4% da população, em época de eleição, achando o governo ruim e péssimo. Eu fico imaginando onde aconteceu isso.

Então, eu sinto nas cidades, sinto nas ruas, sinto... uma cara que a gente não via há muitos anos, ou seja, uma coisa de alegria, uma coisa de satisfação, uma coisa de as pessoas acreditarem “eu posso”. Esse que era um lema muito famoso nos Estados Unidos, agora é nosso: “Nós podemos”. Basta que a gente queira e basta que a gente trabalhe.

Quando veio a crise, quando veio a crise dos alimentos, quando veio a crise dos alimentos, a resposta nossa não foi chorar. Foi criar um programa chamado Mais Alimentos e colocamos à disposição de financiamento quase 60 bilhões... R\$ 25 bilhões para financiar 60 mil tratores e 300 mil equipamentos agrícolas. Quando veio a crise dos Estados Unidos, nós fomos para a televisão dizer para o povo: compre. Desoneramos geladeira, fogão, máquina de lavar roupa. A mulherada deu um banho de comprar máquina porque... Aí a gente descobriu que ninguém gosta mesmo de lavar louça, de lavar (incompreensível). Uma maquininha ajuda “pacas”. Lá em casa não precisa porque o marido faz, mas onde o marido não tem a compreensão que tem na minha casa, a mulherada foi às compras. Vejam que engraçado. Você que é



economista, Graziano, veja que engraçado: foi a parte mais pobre da população brasileira, da região mais pobre do país, que evitou que este país tivesse a crise que teve nos Estados Unidos ou que teve na União Europeia. Foi a parte mais pobre que foi às compras.

Então, meus companheiros e companheiras do Consea, eu só quero que vocês saibam que eu comecei dizendo que foi a última reunião de que eu vou participar, mas fiquem espertos porque esteja onde estiver, eu estarei de olho em vocês, cobrando que vocês façam mais e melhor.

Um abraço e parabéns a todos vocês.

(\$211A)



**Presidência da República
Secretaria de Imprensa
Discurso do Presidente da República**
